AFONSINA

I

2019

EGAS MONIZ O AIO

MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

AFONSINA

I

2019

EGAS MONIZ O AIO

Os artigos deste número da revista Afonsina resultam das conferências e comunicações apresentadas nas I^as^. Jornadas Históricas, realizadas em Guimarães, em 15 de junho de 2019.

ÍNDICE

Editorial
ADELINA PAULA PINTO
1

Dom Egas Moniz de Riba Douro, o *Aio* entre o mito e a realidade
JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO
3

A honra na lenda de Egas Moniz
ALBERTINO GONÇALVES
15

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: estrutura e organização
AIRES GOMES FERNANDES
19

Os homens da cura na Guimarães Medieval
ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA
33

Aspectos da influência do Foral de Guimarães na carta de privilégios de Braga
RAQUEL DE OLIVEIRA MARTINS
45

Os homens da cura na Guimarães Medieval

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA
andre.f.oliveira.silva@gmail.com
Investigador do CITCEM (Universidade do Porto) e colaborador do CIDEHUS (Universidade de Évora).
Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a referência (SFRH/BD/122385/2016)

Resumo

Este breve artigo tem como objetivo principal dar a conhecer os diversos tipos de ofícios de cura que estão documentados em Guimarães no final da Idade Média, os seus praticantes e a sua realidade social. A revitalização da vida urbana, o papel regional relevante de Guimarães e as suas relações comerciais que ultrapassavam em muito as fronteiras do reino de Portugal, tornam o burgo vimaranense tardomedieval um estudo de caso central. A documentação abundante, proveniente sobretudo do cartório da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, mas também dos arquivos régios, entre outras proveniências, revela-nos nomes, percursos e interações destes homens, mas também mantém muitos silêncios que multiplicam as questões a colocar.

Palavras-chave: medicina medieval; Guimarães; físicos; cirurgiões.

Introdução

Nos últimos séculos da Idade Média, um conjunto de fatores, entre os quais se destacam a expansão demográfica (até meados do século XIV), a recuperação, a tradução e difusão de autoridades da erudição antiga e a criação das primeiras universidades, mas também a recuperação urbana, a diversificação económica e a consolidação de unidades políticas, permitiu o aparecimento de novos ofícios e a recuperação de outros tantos esquecidos ou quase perdidos depois da Antiguidade. Entre esses ofícios, estão os da cura, renovados e multiplicados. Também em Portugal essa reintrodução se verifica e em Guimarães, provavelmente o centro económico mais importante do Entre-Douro-e-Minho depois do Porto, e sempre em estreita relação com este, eles estão presentes desde cedo.

O estudo destes homens foi, durante muito tempo, alvo de pouco interesse por parte da historiografia medieval portuguesa. Há praticamente um século, um conjunto notável de médicos-historiadores lançou as bases do que seria a história da medicina em Portugal, mas pouco mais foi feito durante as décadas seguintes (Silva, 2016: 31-34). Estando o grupo baseado no Porto e tendo Maximiano Lemos como figura tutelar, destacaram-se dois vimaranenses, de gerações diferentes: João de Meira (Araújo, 2013a) e Luís de Pina (Araújo 2013b). Se durante muito tempo o tema ficou praticamente esquecido, desde que me estreei nestes domínios, há meia-dúzia de anos, a produção cresceu e diversificou-se, com vários contributos de outros tantos investigadores pertencentes a várias universidades portuguesas (Silva, 2016; Moisão 2018; Pinto, 2016; Farelo, 2019). Assim, aproveitando a ocasião, e evocando os 90 anos da tese de doutoramento de Luís de Pina, intitulada *Vimaranes: materiais para a História da Medicina Portuguesa: Arqueologia, Antropologia, História* e defendida na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em 1929 (Guimarães, 1929), lanço-me numa abordagem a um meio médico local, urbano, marcado por uma diversidade considerável de testemunhos e uma evolução muito interessante.

Que Guimarães é esta de que aqui se fala, e como e porquê surgem estes homens? De onde chega o conhecimento que utilizam? De que forma praticam a sua arte? Como disse anteriormente, Guimarães é um dos centros urbanos mais notáveis do Entre-Douro-e-Minho medieval, como confirmam os numerosos estudos dedicados à temática, como os levados a cabo por Conceição Falcão, entre os quais destaco a sua monumental tese de doutoramento (Ferreira, 2010). Guimarães é, até ao início do século XV, o maior centro urbano de senhorio régio a norte do Douro – Porto e Braga eram senhorios dos seus respetivos bispo e arcebispo –, ocupava um papel de relevo no comércio internacional, em estreita relação com o Porto, que usava como porto, havendo inúmeras relações entre mercadores das duas cidades comprováveis, pelo menos, desde os primeiros anos do século XIV[1]. Esta situação de senhorio régio apenas se altera em 1464, quando D. Fernando, 3º duque de Bragança se torna conde de Guimarães, e duque da mesma vila em 1475. Guimarães voltará à autoridade da Coroa quando a própria Casa de Bragança se tornar dinastia reinante, em 1640.

1 ANTT, Convento de Santa Clara de Guimarães, maço 1, rolo não numerado.

Os primeiros físicos em Guimarães

Num meio urbano dinâmico e com constantes trocas com o além-Mar, Guimarães acolheu alguns dos primeiros praticantes dos renascidos ofícios de cura que identificámos em Portugal. Isto não quer dizer que, durante os séculos que antecederam a Baixa Idade Média, não tenha havido quem prestasse cuidados de saúde. Estas seriam, contudo, manifestações de habilidade e empirismo, realizadas por homens e mulheres de outros ofícios, a quem era reconhecido algum talento. Deles, porém, não nos restam testemunhos para que os possamos identificar e estudar. É com a introdução de novas designações e a formalização de ofícios de cura que começamos a tomar conhecimento da presença e da integração destes homens.

A expressão latina *medicus*, que transita da Antiguidade e é hoje a palavra que mais usamos em português para designar um profissional de saúde que pratica medicina, não era a mais frequente na Baixa Idade Média portuguesa. Em seu lugar, surge, por via erudita, uma palavra que será hegemónica no Galego-Português até ao advento da Modernidade: físico (Silva, 2016; 43-50). E são físicos os primeiros homens dedicados a práticas de cura e de saúde que identificamos em Guimarães. Neste momento, o mais antigo que se conhece é Mestre Estêvão Guilherme, que testemunha um escambo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, no dia 6 de agosto de 1297[2], estando documentado um século depois do primeiro físico que encontramos documentado em Portugal – Mestre Mendo, *medicus regis* de D. Sancho I, documentado a partir de 1192[3].

Contudo, antes de Mestre Estêvão Guilherme, houve alguns nomes ligados a Guimarães que a tradição cronística, portuguesa e não só, associaram à prática médica. Destaco, entre eles, Pedro Amarelo (c. 1110-1184) e Pedro Julião (c. 1210-1277). O primeiro, notário régio, ascende a prior da Colegiada em 1170, provavelmente por indicação régia (Barroca, 1999). Apesar de a cronística seiscentista o identificar como médico do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques, João de Meira provou em 1911, num artigo que permanece notável pela sua qualidade metodológica, pela crítica de fontes e pelos resultados, que não só a cronologia o impedia de ser médico do dito conde, como nenhuma prova documental de qualquer natureza sustentava a ideia de que tivesse prestado algum tipo de serviço médico a quem quer que fosse (Meyra, 1911). Pedro Julião foi apresentado como prior da Colegiada de Guimarães por D. Afonso III em 1253, embora disputas com o arcebispo de Braga e, mais tarde, o desfavor do rei, tenham levado a uma longa luta jurídica pela posse do priorado (Rodrigues, 2005: 54-55, 116-123). Mais conhecido como Pedro Hispano, ascendeu ao trono de Pedro em 1276, escolhendo o nome de João XXI. A investigação tem comprovado que, na verdade, são vários os Pedros Hispanos académicos, redatores ou compositores de obras científicas de vários domínios, e que, uma vez mais, se trata de extrapolação de cronistas tardios, não havendo uma única referência coeva à prática médica de Pedro Julião quer em Portugal, quer fora, não tendo sido arquiatra, isto é, médico pontifício de Gregório X, um dos seus antecessores. Também as obras médicas que lhe são atribuídas serão da autoria de um outro Pedro Hispano, como vem demonstrando José Meirinhos nas últimas duas décadas (Meirinhos, 2007; Meirinhos 2011: XV-XVIII).

Esta relação feita pelos cronistas modernos entre médicos régios e o priorado de Guimarães não é, contudo, acidental. De facto, vários médicos régios, sobretudo do século XIV, foram apresentados ao priorado de Guimarães pelo seu senhor: Mestre Pedro, físico de D. Dinis e prior entre 1315 e 1324 (Farelo, 2013: 208-210; Norte, 2013: 252-253), e Mestre Vicente, físico de D. Fernando, prior a partir de 1368 e até, no máximo, 1373[4], por exemplo. Mas estes homens, não-residentes em Guimarães, a não ser em visitação, nunca teriam exercido qualquer assistência de cura em solo vimaranense, ficando a sua atividade restrita à de clérigos-médicos do monarca que serviam. A Colegiada da Oliveira, a mais importante e rica igreja do padroado régio, era assim entregue a clérigos da mais estrita confiança do rei, onde se incluíram ao longo dos tempos vários daqueles que zelavam pela saúde física do seu senhor.

O crescimento do grupo autóctone e os cirurgiões

Os poucos físicos documentados antes eram, na maioria, clérigos que não prestariam cuidados à população. Esta situação muda ao longo de Trezentos, tal como noutros centros urbanos portugueses, quer com a multiplicação de físicos, provavelmente leigos, que viviam e trabalhavam na vila, quer com o aparecimento e igual crescimento do número de cirurgiões, que tendo um raio de ação um pouco distinto, atuavam nos mesmo meios e sem

2 ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, maço 16, n.º 14.

3 Documentos de D. Sancho I (1174-1211). Ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, pp. 95-95, n. 61; pp. 96-98, n. 62.

4 ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos régios, maço 2, n.º 3; ANTT, Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl. 31v.

grande distinção social, no caso português (Silva, 2016: 27-28; Moisão, 2018: 125-126). Voltando aos físicos, veja-se o exemplo de Mestre Gil, físico de Guimarães, documentado entre 1324 e 1336 e que, além de residente em Guimarães, chega a servir o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira[5], e de Mestre Martinho, outro físico residente em Guimarães em 1333[6], documentado no momento em que testemunha um testamento, acompanhado pelo dito Mestre Gil. Com a aproximação do final do século XIV, os físicos judeus tornam-se maioria. O mais antigo que conhecemos é Mestre David, documentado entre 1369 e 1371[7]. No século XV, os judeus prosperam e a comunidade cresce vigorosamente, crescimento que não será estranho às cada vez mais numerosas e duras perseguições além-Pirenéus e noutros reinos ibéricos. Protegidos pelos seus senhores, onde se incluíam os mais altos eclesiásticos do reino, os judeus de Guimarães não foram exceção. Só o édito de conversão forçada de 1496 alterou esta realidade, obrigando os judeus vimaranenses a submeterem-se ao batismo e à conversão, ou a um exílio perigoso e sem retorno. Muitos, porém, continuaram como cristãos-novos, independentemente da sinceridade da sua conversão forçada, exercendo o seu ofício como antes, mas agora com um nome cristão e uma carta de ofício confirmada.

Os cirurgiões vimaranenses estão documentados desde cedo, comparando com a realidade nacional. Os primeiros de que temos notícias, os irmãos João e Martim Lourenço, estão documentados a partir de 1333 e 1351, respetivamente, sendo o dito João Lourenço um dos primeiros a nível nacional, segundo o estado atual da investigação - os que o antecedem são D. Silvestre, cirurgião de Braga do final do século XIII, e um conjunto de cirurgiões da área do Porto, todos documentados entre os anos de 1326 e 1334 (Silva, 2016: 142-143). Porém, há um fator de distinção entre a realidade nacional e o caso vimaranense: os cirurgiões nunca se tornam mais numerosos do que os físicos no período medieval, o que constitui uma singularidade de Guimarães; por ora, apenas identifiquei um cirurgião quatrocentista vimaranense: Mestre Isaac, cirurgião documentado em 1482, precisamente no momento em que recebe carta de cirurgião[8].

Uma família de cirurgiões vimaranenses

Apesar da escassez de notícias de cirurgiões, Guimarães oferece-nos uma oportunidade rara de conhecermos um pouco melhor dois irmãos cirurgiões, com ligações familiares diversas, património e relações de amizade e clientela na Guimarães trecentista. Trata-se dos já referidos João e Martim Lourenço, estando o primeiro documentado entre 1333 e 1365, ano da sua morte, e o segundo entre 1351 e 1376, ainda que se fale de um eventual testamento de 1393, que ainda não pude localizar, e que indiciaria uma longevidade notável. Conhecemos a mulher de João Lourenço, Maria Pires, que lhe sobrevive por meia-dúzia de anos, morrendo na casa de ambos em 1371. O testamenteiro de João Lourenço foi o seu irmão Martim, permitindo-nos assim seguir o seu percurso por mais uns anos, além de nos revelar o património de ambos. Assim, João Lourenço e Maria Pires, sua mulher, possuíam casas na Rua de Santa Maria, habitando numa delas, sendo arrendatário das restantes Pedro Afonso, cónego do cabido da colegiada, tendo também umas casas no lugar da Rochela, na freguesia de São Paio, também em Guimarães. De Martim Lourenço, temos notícia de um neto, a quem teria deixado os seus "livros de cirurgia" no já referido testamento (Guimarães, 1929: 151). Conhecemos também relações pessoais que nos permitem situar um pouco melhor estes cirurgiões na sociedade vimaranense: quer João, quer Martinho Lourenço testemunharam documentos, foram testamenteiros e/ou contemplados em testamentos[9]. Ajudam-nos, assim, a vislumbrar as relações sociais destes homens, tantas vezes nossos conhecidos apenas por uma referência acidental ao nome e ao ofício.

5 ADB, Colecção Cronológica, Caixa 9, doc. 390; Caixa 13, docs. 503, 528, 529, 533; Caixa 16, doc. 637; Caixa 17, doc. 665; ADB, Gavetas do Cabido, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. 12; ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, maço 26, n.º 39.

6 ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, maço 26, n.º 39.

7 AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, doc. 8-1-2-6, nº 28 e 34; AMAP, Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Nota Antiga, Livro II, doc. 349.

8 ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 27, fl. 32.

9 ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, maço 26, n.º 39; maço 31, nº 22 e 26, maço 32, nº 2; maço 34, nº 27; maço 35, nº 33; AMAP, Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Nota Antiga, Livro I, doc. 117 e 191, Livro III, doc. 438; AMAP, Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Pergaminhos, 8-2-4-22.

Servir os notáveis

Um conjunto distinto de físicos e cirurgiões que teve uma ligação a Guimarães é o dos que serviram os condes, depois duques de Guimarães. Neste grupo, temos duas situações distintas: por um lado, aqueles que serviam em permanência os condes-duques de Guimarães, circulando com eles ou fixando-se onde estes mais estavam, como por exemplo Mestre Abas, físico do duque e da duquesa, documentado entre 1466 e 1478, e que era um judeu residente em Lisboa (Tavares, 1984: 692; Guimarães, 1929: 153-154); por outro, aqueles que residiam em Guimarães, servindo os duques quando estes pousavam no seu paço vimaranense, como Mestre Judas, cuja residência se dividia entre o Porto e Guimarães, servindo o duque de Guimarães pelo menos entre 1475 e 1482 (Tavares, 1984: 656; Guimarães, 1929: 153-154). O grupo de físicos ducais que conhecemos completa-se com Mestre Moisés Eli, físico do conde de Guimarães, que conhecemos apenas por um privilégio de 1464, que não especifica a sua origem geográfica ou local de residência (Tavares, 1984: 793; Guimarães, 1929: 153-154). Antecessor dos condes-duques de Guimarães era D. Afonso, filho natural de D. João I, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança. O conde de Barcelos e 1º duque de Bragança, D. Afonso, filho natural do rei D. João I e avô do 1º conde e duque de Guimarães, D. Fernando, foi igualmente servido por dois físicos residentes em Guimarães: Mestre Bernardo (1435)[10] e o judeu Mestre Marcos, documentado entre 1435 e 1457 (Tavares, 1984: 396). Também no serviço da aristocracia, os judeus, como vimos, eram maioritários. A sua fama de grandes médicos, o seu conhecimento e a sua preparação parecem ter sido quase sempre mais fortes do que o sentimento antijudaico que, esporadicamente, despontava.

10 Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Org. João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1998-2002: liv. 1, tomo II, doc. 922, p. 204.

Os Boticários

Um dos ofícios de cura mais relevantes era o dos boticários. O seu prestígio social não seria inferior ao dos físicos e cirurgiões, havendo indícios de uma certa consideração social (Beirante, 1995: 503). Ainda que estes não tivessem uma prática de assistência ou atendimento e se dedicassem bem mais a um comércio de vários produtos, simples ou transformados, eram parte importante das atividades de saúde e juntavam aos produtos que hoje, pese o anacronismo, poderíamos chamar medicamentos, pomadas, unguentos e mezinhas, outros produtos dos mesmos tipos, mas com motivação de estética e cosmética, e também especiarias e produtos exóticos, ainda que aqui o seu ofício se cruzasse com o do especieiro. São, em geral, menos numerosos – ou menos documentados – do que os físicos e cirurgiões, e, ao contrário dos físicos e cirurgiões, os judeus nunca foram maioritários neste ofício, com dois boticários hebreus contra centenas de físicos e cirurgiões da mesma fé (Tavares, 1984: 624).

Em Guimarães, ainda é a recolha de Luís de Pina que nos dá a conhecer o boticário mais antigo descoberto até agora: Miguel Afonso, em 1432 (Guimarães, 1929: 152). Porém, em breve deveremos ser capazes de recuar na cronologia deste ofício em Guimarães, com a conclusão do levantamento documental em curso.

Outros praticantes

Optei por não incluir nesta análise os barbeiros. Ao contrário do que acontece noutras paragens europeias, os barbeiros medievais portugueses não teriam na prática de atos de cura a sua principal atividade. Muito raramente um barbeiro português seria simultaneamente um cirurgião, e as duas atividades eram perfeitamente distinguidas (Silva, 2016: 27-28; Moisão, 2018: 58-60). Entre as centenas de cirurgiões documentados na Idade Média portuguesa, Cristina Moisão encontrou apenas quatro que partilhavam essa atividade com a de barbeiro (Moisão, 2018: 87).

Porém, temos informações sobre práticas de saúde levadas a cabo por ofícios menos evidentes. Numa carta de D. Dinis, datada de 1308 e dirigida ao pretor do castelo de Guimarães, o rei ordena a correção de uma série de práticas e costumes da feira do castelo que o concelho de Guimarães considerava lesivos[11]. Entre outras interdições, os alfagemes ficavam proibidos de sangrar e cercear em dias de feira no castelo, o que indica que, pelo menos até então, eles o faziam. De facto, a sangria era uma das práticas mais generalizadas em todos os estratos da população (Silva, 2016: 55-57), e os alfagemes, cujo ofício tinha nas lâminas o seu principal instrumento, estavam em boa posição para a praticar, sobretudo antes da generalização dos cirurgiões.

Talvez relacionado com esta restrição e com uma crescente formalização dos ofícios de cura, à qual o surgimento dos cirurgiões vimaranenses poucas décadas mais tarde não será alheio, temos referências esporádicas a sangradores. Praticantes empíricos, mas que recolhiam algum tipo de reconhecimento social, traduzido no uso do designativo de ofício. O primeiro desses sangradores, Domingos Martins, testemunha um emprazamento da Colegiada no verão de 1349, logo após a passagem da infame Peste Negra[12]. No início do século seguinte, há pelo menos dois sangradores, atuando quase em simultâneo, e que Luís de Pina havia já identificado: Afonso Eanes, em 1407, e Álvaro Rodrigues, em 1409 (Guimarães, 1929: 152). E a todos estes, juntar-se-iam ainda muitos outros não documentados, registados em testemunhos que se perderam ou que ainda aguardam o historiador que os encontrará. Queria sublinhar, assim, a diversidade de práticas, de ofícios e de indivíduos que, entre a competição e a complementaridade, entre a hierarquização e o pragmatismo, serviam como podiam uma população igualmente diversa como era a de Guimarães no fim da Idade Média.

11 AMAP, Câmara Municipal de Guimarães, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, doc. 8-1-1-9.

12 AMAP, Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Nota Antiga, Livro I, doc. 73.

As ausências

Apresentados estes ofícios e estes homens, poder-se-á notar a ausência de outros tantos. Em primeiro lugar, o daquelas que praticam a arte de fazer nascer. De facto, as referências a parteiras na documentação medieval portuguesa são extremamente raras. O caso de Guimarães não constitui exceção. A assistência no parto, atividade feminina, seria feita sobretudo por mulheres experientes quando a necessidade o ditasse. São vários os motivos possíveis para esta ausência: em primeiro lugar, não é frequente haver mulheres a testemunhar atos notariais, que constituem a fonte de uma parte considerável das referências a físicos, cirurgiões e outros ofícios; depois, essa atividade seria exercida a par de outra, ou outras, essas sim regulares e quotidianas, pelas quais seriam designadas; contudo, raras são as vezes em que as mulheres identificadas pelos testemunhos documentais apresentam um designativo de ofício, sendo mais normal referir-se uma ligação familiar ou uma origem geográfica. Assim, muitas das mulheres que nos surgem documentadas poderiam exercer ou ter exercido essa atividade. Todavia, quem as identifica, não considera esse designativo como relevante, como o mais característico ou como indispensável. Além das parteiras, poderíamos falar de outras atividades. Escolho apenas uma, para não me alongar: a dos alveitares. A alveitaria, arte do cuidado e da medicina dos animais domésticos, tem um grande desenvolvimento no século XIV, como é sensível no chamado *Livro de Alveitaria*, traduzido e composto por Mestre Geraldo, cónego do Porto e físico do rei D. Dinis, a partir de dois tratados latinos do século XIII (Pérez Barcala, 2016). Sendo testemunhos relativamente raros, ainda não foi possível identificar um alveitar em atividade em Guimarães na Idade Média.

Formação, licenciamento e prática

Mas, como aprendiam estes homens? A investigação tem revelado que a aprendizagem de físicos, cirurgiões e de praticantes de outros ofícios de cura menos considerados, era feita, na esmagadora maioria, através da aprendizagem direta com um mestre. Em muitos casos, existe uma relação familiar entre mestre e discípulo (Silva, 2016: 98-101). Porém, ainda que não exista registo de cartas desse tipo para a Idade Média, sabemos que no século XVI havia contratos lavrados por tabeliães entre mestres e discípulos, prevendo os moldes de aprendizagem e acompanhamento, que culminaria na apresentação do discípulo perante uma autoridade pública que lhe conferiria carta de ofício após um exame oral teórico e prático.

No caso português, o primeiro exame foi estabelecido por D. Afonso IV, em 1338, obrigando todos os que quisessem exercer as artes da física, cirurgia e boticária a comparecerem perante dois físicos do rei, nomeados especialmente para isso. Porém, desta primeira fase, poucas cartas sobrevivem, não indo além de 1340 (Silva, 2016: 122-124). Recuperada por D. João I, em 1390, a obrigatoriedade do exame estende-se a cristãos, muçulmanos e judeus, homens e mulheres, e nem os que possuíssem graus universitários estavam deles dispensados. Assim, podemos dizer com alguma segurança que a distinção entre praticantes com ou sem formação universitária era praticamente inexistente. No caso de Guimarães, temos várias cartas de ofício; de resto, são estas as responsáveis pela maioria dos testemunhos que conhecemos. Infelizmente, estas não nos esclarecem sobre os mestres responsáveis pela sua aprendizagem. Não temos também indício, entre os físicos e cirurgiões cristãos, de que algum tenha tido formação universitária. Para os judeus, esta seria quase sempre impossível, devido à natureza eclesiástica própria da maioria das universidades medievais.

O exercício destes ofícios de cura, na Baixa Idade Média portuguesa, não se faz num ambiente que hoje denominaríamos como hospital. De facto, são várias as instituições de assistência designadas como hospitais ou albergarias em Guimarães neste período. Porém, a maioria funcionava como um asilo, recolhendo pobres ou viandantes, sendo obras pias onde não seria frequente nem esperada a presença de um médico. Assim, falamos sobretudo de praticantes que iriam a casa dos seus doentes. Chamados, circulariam pela vila para onde fossem necessários. O prestígio dos ofícios de físico e cirurgião era inegável. Perto, seguia-se o dos boticários, e, assim, não seria um serviço acessível a todos. Se várias vilas e cidades portuguesas chegaram a ter um físico e/ou cirurgião com uma avença do concelho, não encontramos uma prática análoga em Guimarães. Se seria por um poder de compra superior ao habitual entre um número maior de habitantes, pela incapacidade do concelho da vila, ou por outros motivos, é difícil de esclarecer.

Conclusão

Terminando este breve roteiro pelos ofícios de cura exercidos em Guimarães nos últimos séculos da Idade Média, é tempo de sublinhar algumas ideias. O burgo bicéfalo de Guimarães, entre a vila do castelo e a vila baixa, sofreu um desenvolvimento notável, acolhendo desde cedo um conjunto de praticantes dos diversos ofícios de cura. Quando os dados são mais abundantes, estes homens tendem a revelar uma pertença a uma elite vimaranense, com solidariedades consolidadas e ligações pessoais e familiares esclarecedoras. Nem todos os físicos e cirurgiões serviam a população, havendo os que dividiam a sua prática com o serviço a um grande senhor, ou haviam já abandonado a carreira de cura dos corpos em detrimento da cura das almas quando chegaram a Guimarães.

Esta é uma exploração inicial, que não inclui a lista completa de todos os físicos e cirurgiões já recolhidos, e que deverá ser bastante acrescentada a curto prazo. Ainda,

assim, espero que tenha sido possível lançar algumas luzes sobre os homens que, ontem como hoje, seriam uma segurança ou uma esperança em momentos de fragilidade ou aflição. E ontem, como hoje, continuamos a procurar quem nos ajude quando precisamos. Também nisto, como em quase tudo, pouco mais do que o próprio tempo nos separa dos homens e mulheres que calcorrearam as mesmas ruas há mais de 500 anos.

Bibliografia

Fontes Inéditas

Arquivo Distrital de Braga (ADB): *Colecção Cronológica*, Caixa 9, doc. 390; Caixa 13, docs. 503, 528, 529, 533; Caixa 16, doc. 637; Caixa 17, doc. 665.

ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. 12.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), *Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de Pergaminhos da Câmara Municipal, doc. 8-1-2-6, N.º 28 e 34; doc. 8-1-1-9.

AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 73, 117 e 191; Livro II, doc. 349; Livro 3, doc. 438; Pergaminhos, 8-2-4-22.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 12.

ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 31v.

ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 97; liv. 27, fl. 32.

ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, N.º 3; Documentos particulares, maço 16, N.º 14; maço 26, N.º 39; maço 31, N.º 22 e 26; maço 32, N.º 2; maço 34, N.º 27; maço 35, N.º 33.

ANTT, *Convento de Santa Clara de Guimarães*, maço 1, rolo não numerado.

Fontes Publicadas

DIAS, João José Alves (Org.) (1998-2002). *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, liv. 1, tomo II. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da, PEREIRA, Marcelino Rodrigues (Eds.) (1979). *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

Estudos

ARAÚJO, Francisco Miguel (2013a). João de Meira, *in* NEVES, António Amaro das (coord.) (2013). *Biografias Vimaranenses*. Guimarães: Fundação Cidade Guimarães, A Oficina, 299-334.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2013b). Luís de Pina, *in* NEVES, António Amaro das (coord.) (2013). *Biografias Vimaranenses*. Guimarães: Fundação Cidade Guimarães, A Oficina, 377-410.

BARROCA, Mário Jorge (1999). A inscrição funerária de Pedro Amarelo, notário de D. Afonso Henriques e Prior da Colegiada de Guimarães, *in* BARROCA, Mário Jorge (coord.) (1999). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In Memoriam*, Vol. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 149-162.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. ISBN 972-31-0693-0.

FARELO, Mário (2013). A Universitas no Labirinto: Poderes e Redes Sociais, *in* FERNANDES, Hermenegildo (coord.) (2013). *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China. ISBN 978-989-671-144-3.

FARELO, Mário (2019). Roland Scriptoris ou de Lisbonne: un Médecin, un Professeur et un Clerc Portugais au XVe siècle, *Medievalista*, 25, 2019, [Em linha] [Consultado 22.03.2019]. Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA25/farelo2506. html ISSN 1646-740X

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. ISBN 978-989-96779-0-6.

GONCALVES, Iria (1972). Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: as Cartas de Exame, *Do Tempo e da História*, I, 69-112.

GUIMARÃES, Luís José de Pina (1929). *Vimaranes: Materiais para a História da Medicina Portuguesa. Arqueologia. Antropologia. História*. Porto: Araújo & Sobrinho.

MEIRINHOS, José Francisco (2007). O Papa João XXI e a Ciência do seu tempo, *in* BOLEO-TOME, J. Paiva (coord.) (2007). *Pedro Hispano Portugalense. Papa João XXI no 8º Centenário do seu Nascimento*. Porto: Acção Médica, 145-196.

MEIRINHOS, José Francisco (2011). *Bibliotheca Manuscripta Petri Hispani. Os Manuscritos das obras atribuídas a Pedro Hispano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia. ISBN 978-972-31-1387-7.

MEYRA, João de (1911). Se Pedro Amarelo foi médico do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques, *Arquivos de História da Medicina*, nova série, ano 2, 157-164.

MOISÃO, Cristina (2018). *A Arte das Mãos: Cirurgia e Cirurgiões em Portugal durante os Séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. ISBN 978-989-54304-0-6.

NORTE, Armando (2013). *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*, 2 Vols. Lisboa: Edicão de autor.

PÉREZ BARCALA, Gerardo (2016). El cód. 2294 de la Biblioteca Nacional de Portugal y el Falso Libro de Cetrería del Mestre Giraldo, *in* DÍAZ, Esther Corral, FRANCISCO, Elvira Fidalgo, GRADÍN, Pilar Lorenzo (coords.) (2016). *Cantares de amigos: estudos en homenaxe a Mercedes Brea*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, D.L, 711-722. ISBN 978-84-16533-69-5.

PINTO, Ana Marta Silva (2016). *Fragmentos de Medicina Medieval em Portugal: Frei Gil de Santarém e o Códice Eborense CXXI/2-19*. Lisboa: Edição de autor.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., RIBEIRO, João Carlos Taveira, COSTA, Maria Antonieta Moreira da, MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro (2005). *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Centro de Estudos de História Religiosa.

SILVA, André Filipe Oliveira da (2016). *Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM. ISBN 978-989-8351-64-7.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1984). *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.